

DOSSIÊ

É POSSÍVEL UM JORNALISMO ATIVISTA?

as tensões no *ethos* profissional assentado na objetividade



ADRIANA BARSOTTI

Universidade Federal Fluminense, Niterói – Rio de Janeiro – Brasil

ORCID: 0000-0002-7834-9937

AGOSTINHO VIEIRA

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

ORCID: 0000-0001-5757-7861

DOI: 10.25200/BJR.v19n3.2023.1597

Recebido em: 30/03/2023

Desk Reviewed em: 17/04/2023

Editor de Desk Review: Rogério Christofoletti

Revisado em: 29/08/2023

Revisado em: 19/10/2023

Aprovado em: 27/10/2023

Como citar este artigo: Barsotti, A., & Vieira, A. IS ACTIVIST JOURNALISM POSSIBLE? Tensions within the professional ethos of objectivity. *Brazilian Journalism Research*, 19(3), e1597. DOI 10.25200/BJR.v19n3.2023.1597

RESUMO – A objetividade ajudou a consolidar a ideia de que o jornalista deveria ser um observador neutro da realidade. Um dos cânones do jornalismo, a estratégia, método ou ritual sofre críticas desde o século passado, já que os fatos são relatados mediante seleção, hierarquização e interpretação. Marcado por uma atuação pragmática-funcional, o *ethos* profissional, entretanto, impedia a reflexão acerca das práticas. No século XXI, no entanto, o discurso da objetividade vem sendo cada vez mais questionado, principalmente pelos “novos arranjos” jornalísticos (Nonato et al., 2018), que defendem o engajamento em torno de causas. A hipótese – confirmada pelo artigo – é que tais iniciativas estejam contribuindo para o tensionamento do *ethos* profissional. No contexto do novo ecossistema jornalístico, a tomada de posição passa a ser um valor a ser perseguido, e não mais uma transgressão deontológica. Para verificá-la, foram entrevistados nove jornalistas desses “novos arranjos”.

Palavras-chave: Objetividade jornalística. Ativismo. Causas. Engajamento. *Ethos* profissional.

IS ACTIVIST JOURNALISM POSSIBLE? tensions within the professional *ethos* of objectivity

ABSTRACT – Objectivity helped to consolidate the idea that the journalist should be a neutral observer of reality. One of the canons of journalism, the strategy, method or ritual has been criticized over the last century, since facts are reported through selection, hierarchy and interpretation. The professional ethos, however, has been always marked by a pragmatic-functional performance that prevented reflection on the practices. In the 21st century, however, the discourse of objectivity has been increasingly scrutinised, especially by the “new journalistic arrangements” (Nonato et al., 2018) which advocate commitment to causes. The hypothesis – confirmed by the article – is that these initiatives are helping to put a strain on journalists’ professional ethos. In the context of the new journalistic ecosystem, taking a stand on causes becomes a value to be pursued, and no longer a deontological transgression. To verify it, nine journalists of these “new arrangements” were interviewed.

Key words: Journalistic objectivity. Activism. Causes. Engagement. Professional *ethos*.

¿ES POSIBLE EL PERIODISMO ACTIVISTA? tensiones en el *ethos* profesional basado en la objetividad

RESUMEN – La objetividad ayudó a consolidar la idea de que el periodista debe ser un observador neutral de la realidad. Uno de los cánones del periodismo, la estrategia, método o ritual ha sido criticado desde el siglo pasado, ya que los hechos son informados a través de la selección, jerarquía e interpretación. Marcado por una actuación pragmático-funcional, el *ethos* profesional impidió la reflexión sobre las prácticas. En el siglo XXI, sin embargo, el discurso de la objetividad se ha visto cada vez más cuestionado, especialmente por los “nuevos arreglos periodísticos” (Nonato et al., 2018), que abogan por causas. La hipótesis – confirmada por el artículo – es que estas iniciativas están contribuyendo a la tensión del *ethos* profesional. En el contexto del nuevo ecosistema periodístico, tomar partido se convierte en un valor a perseguir, y ya no en una transgresión deontológica. Para comprobarlo, se entrevistó a nueve periodistas de estos “nuevos arreglos”.

Palabras clave: Objetividad periodística. Activismo. Causas. Compromiso. *Ethos* profesional.

1 Introdução

Alguns meses depois do assassinato de George Floyd, morto por policiais durante uma abordagem em Minneapolis, nos EUA, em maio de 2020, o professor Jeff Jarvis, da New York City University, fez a seguinte provocação no Congresso da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji): “Os jornalistas optam por usar uma linguagem mais vaga com a intenção de tornar o trabalho mais objetivo. Quando se usa uma abordagem direta, parece que soaremos ativistas. É preciso admitir que somos ativistas”. Jarvis acrescentou que a objetividade jornalística era racista e excludente por refletir

majoritariamente os valores de homens brancos e heteronormativos que estão no comando das grandes redações (Gilbertini & Real, 2020).

O assassinato de Floyd, que se tornou símbolo do movimento #BlackLivesMatter, levantou uma onda de indignação de jornalistas norte-americanos contra seus chefes. Os estopins foram a publicação no New York Times de uma coluna escrita por um senador americano pedindo a mobilização dos militares nos protestos contra os negros e a manchete “*Os edifícios também importam*”, do Philadelphia Inquirer. No primeiro caso, o editor foi demitido. No segundo, o editor-chefe renunciou diante da repercussão negativa (Leão, 2020). Uma auditoria contratada pela direção do Philadelphia Inquirer e assinada pela Temple University confirmou que os conteúdos do jornal “favoreciam os valores de homens brancos, mais velhos e ricos” (Downie Jr & Heyward, 2023, p. 17).

Não é a primeira vez que a objetividade jornalística é vista com desconfiança. Na academia, as críticas a um dos pilares sobre os quais se assenta o jornalismo moderno surgiram ainda no século passado. As mais recentes apontam para o fato de o jornalismo ter raça e gênero (Moraes & Silva, 2019). Entretanto, as discussões acerca de um dos cânones do jornalismo parecem estar extrapolando os muros da academia e inquietando cada vez mais os profissionais. Note-se que a profissão sempre foi marcada por uma atuação pragmática-funcional, o que limitaria a reflexividade acerca de suas práticas, como notou Genro Filho (2012).

O objetivo deste artigo é verificar se a objetividade jornalística está sendo tensionada por jornalistas organizados em “novos arranjos econômicos alternativos” às corporações de mídia, segundo classificação proposta por Nonato et al. (2018). Esses arranjos atuam em nichos e defendem o engajamento em causas como o meio ambiente, o combate à desigualdade social e a equidade étnico-racial e de gênero, entre outras. A hipótese é que tais iniciativas estejam contribuindo para o tensionamento do *ethos* profissional. A tomada de posição passaria a ser um valor a ser perseguido pelo jornalismo, e não mais uma transgressão às normas da profissão.

Para alcançar os objetivos, foram entrevistados em profundidade nove jornalistas que comandam as redações de “novos arranjos jornalísticos alternativos” provenientes das cinco regiões do Brasil, conforme metodologia a ser explicada adiante. Todos os profissionais têm trajetória prévia na grande imprensa e hoje estão à frente das seguintes iniciativas jornalísticas: Repórter Brasil,

Amazônia Real, Marco Zero, Ponte Jornalismo, Alma Preta, Congresso em Foco, Canal Meio, Portal Catarinas e Projeto Colabora. Por ora, faz-se necessário rever às críticas à objetividade por meio de uma revisão bibliográfica e conceituar a mídia independente, alternativa e o jornalismo ativista para identificar de que forma os novos arranjos se aproximam ou se afastam dessas conceituações.

2 As críticas à objetividade

O ideal da objetividade jornalística, não à toa, surge no momento em que a imprensa americana aspira se massificar, a partir da primeira metade do século XIX, por meio do chamado jornalismo de informação – até hoje o paradigma que norteia a profissão. Até então, desde a sua invenção, o jornalismo fora marcado por uma atuação política: os jornais declaravam e defendiam bandeiras. Os donos de jornais afinavam-se com políticos que, uma vez eleitos, poderiam lhes garantir bons contratos de impressão (Schudson, 1988).

O jornalismo de informação, consolidado por meio da *penny press* (a imprensa de um centavo), inventou o conceito moderno de notícia. A cobertura, até então restrita à economia e política, dá espaço para notícias sobre o cotidiano, principalmente crimes e escândalos. Defender o “apartidarismo” torna-se um valor. “Nós confiamos que nossos leitores nos perdoarão quando declaramos que, em termos de política, não temos nenhuma”, sustentou um editor da *penny press* (como citado em Schudson, 1988, p. 148¹). Estrategicamente, sem um suposto alinhamento político, os jornais conseguiram ampliar seu público leitor e anunciante.

A objetividade guarda uma estreita relação com o espírito positivista da época, nota Traquina (2005). O autor observa que, no século XIX, foram definidos os dois polos dominantes do campo jornalístico moderno: o polo “econômico” ou “comercial”, com as notícias sendo transformadas em “mercadoria de um negócio cada vez mais lucrativo”, e o polo “ideológico” ou “intelectual”, que identifica a imprensa “como um serviço público em que as notícias são o alimento de que os cidadãos precisam para exercer seus direitos democráticos” (pp.125–126).

Entretanto, diferentemente da Europa e dos EUA, onde o jornalismo firma seu poder simbólico como guardião da democracia, no Brasil, recém-saído da monarquia, os contextos social e político

eram bem diversos. Se lá fora o campo jornalístico se tornava autônomo da política, aqui continuava estreitamente dependente dela. Para financiar suas operações cada vez mais custosas, com a importação de modernos equipamentos de impressão, os jornais precisavam de verbas e empréstimos oficiais, envolvendo-se em práticas de troca de favores com o poder público (Barbosa, 2007). O paradigma do jornalismo de informação só se desenvolveria aqui nas primeiras décadas do século XX, notadamente a partir de 1915 (Barsotti, 2018), e se consolidaria nos anos 1950 (Ribeiro, 2007).

Apesar de a objetividade ter se enraizado na ideologia profissional, não tardou para que ela começasse a ser questionada. Nos EUA, logo após a Primeira Guerra, os jornalistas perceberam que a propaganda de guerra manipulava fatos que eles reproduziram. Note-se também que, desde 1920, a filosofia, a história, as ciências sociais e a psicanálise já vinham demonstrando que os homens “conhecem, veem e escutam o mundo através de filtros socialmente construídos” (Schudson, 2010, p.16).

Nos anos 1960, a objetividade seria novamente contestada por duas tradições que a colocaram em xeque no jornalismo americano: o *new journalism* e o jornalismo investigativo. Ambas valorizavam a postura ativa do jornalismo na construção de relatos, em oposição à ideia do observador neutro da realidade. Duas condições favoreceram nos EUA a crítica ao jornalismo e à objetividade: a manipulação do governo acerca de acontecimentos da Guerra Fria e da Guerra do Vietnã e o surgimento de uma “cultura de oposição”, nota Schudson (2010). Essa cultura crítica garantia um público para um jornalismo mais agressivo e mais cético. Para o autor, neste cenário de desconfiança na racionalidade, a objetividade passa a ser uma estratégia na atividade profissional.

O ideal da objetividade, entendido como declarações consensualmente validadas sobre o mundo, com base numa separação radical entre fatos e valores, passa a se estabelecer. Contudo, ele surge não tanto como uma extensão do empirismo ingênuo e da crença nos fatos, mas como uma reação contra o ceticismo. [...] Não representava, enfim, a expressão final de uma crença nos fatos, mas a imposição de um método projetado para um mundo no qual nem mesmo os fatos poderiam ser confiáveis. (Schudson, 2010, p.144).

Gaye Tuchman também apontou para o aspecto estratégico da objetividade ao classificá-la como “um ritual estratégico” que os jornalistas usam para se defender dos erros e críticas a seu trabalho.

“Atacados devido a uma controversa apresentação de ‘fatos’, os jornalistas invocam a sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos” (Tuchman, 1999, p. 75). Tuchman observou alguns desses procedimentos estratégicos: apresentar “os dois lados” de uma notícia, relacionando as diferentes versões para o fato; a apresentação de provas auxiliares que confirmem uma afirmação; o uso judicioso das aspas de tal maneira que o repórter se exima de responsabilidades; a técnica da pirâmide invertida utilizada no lead, segundo a qual os fatos mais relevantes devem constar do primeiro parágrafo da notícia.

Essa tentativa de fazer parecer que “os fatos falam por si” caracteriza a atuação pragmática-funcional do jornalismo, como apontou Genro Filho (2012). O *ethos* jornalístico, assentado na objetividade, leva à incompreensão de que os fatos estão relacionados à dimensão histórico-social, nota. “Sabemos que os fatos não existem previamente como tais. Existe um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas” (Genro Filho, 2012, p. 194).

De acordo com a análise de Genro Filho, a objetividade jornalística implica em compreender o mundo como um agregado de “fatos prontos e acabados” como se eles fossem anteriores às formas de percepção e autônomos em relação às ideologias e “concepções de mundo”. Ao jornalista, caberia a simples tarefa de recolher “escrupulosamente” os fatos “como se fossem pedrinhas coloridas”. Para o autor, essa seria uma “visão ingênua” de “fundo positivista e funcionalista” (Genro Filho, 2012, p. 197). Entretanto, o teórico reconhece no jornalismo uma “nova modalidade social do conhecimento” dotado de potencialidades. Para ele, a “notícia crítica” pode apontar para uma perspectiva revolucionária como algo que “transborda sua relação meramente funcional com a reprodução da sociedade” (p. 198).

Kovach e Rosenstiel (2003) sinalizam também para o caráter pragmático da objetividade, que seria um método de trabalho que contribui para que os jornalistas possam construir caminhos para verificação de seus relatos. Mas os próprios autores advertem para as armadilhas de tais técnicas. “O equilíbrio pode levar à distorção”, alertam. Muitas vezes buscar o equilíbrio de “todos os lados não resulta numa reflexão verdadeira da realidade”. Como exemplo, os autores citam que seria um “desserviço para os cidadãos e para a

verdade” se o jornalismo desse espaço a vozes dissonantes, passando a impressão que o debate científico está dividido, mesmo quando grande parte dos cientistas acreditam que o aquecimento global é um fato científico ou que determinado tratamento médico é o mais seguro (Kovach & Rosenstiel, 2003, p. 121).

Sponholz (2009) desloca a discussão da objetividade da suposta neutralidade para a necessidade de investigação jornalística. A objetividade jornalística seria a adequação da realidade midiática à realidade, ao mundo exterior cuja existência independe de quem vai narrá-la. À medida que buscam a aproximação dessa realidade, os jornalistas estabeleceriam uma “verdade como correspondência”. Para que haja uma correlação entre as realidades social e midiática, entretanto, é preciso que haja regras e normas profissionais (Bentele, como citado em Sponholz, 2009). A objetividade jornalística residiria nelas e aproximaria o jornalismo do método científico, com a apreensão e a interpretação da realidade. Com base em Popper, a autora argumenta que o método a ser escolhido tem que ser “intersubjetivo” (p. 150). Assim como na ciência, as enunciações do discurso jornalístico só seriam válidas quando diferentes observadores estão de acordo uns com os outros. “Isto significa que o método do jornalista deve ser transparente para que um outro investigador eventualmente o repita e chegue aos mesmos resultados” (p. 65).

A objetividade jornalística é frequentemente associada à necessidade de ausência de juízos de valor. “Com isso, objetividade passa a ser ancorada na figura do jornalista, e não no seu método ou no resultado do seu trabalho (Sponholz, 2009, p. 170). “Jornalistas, assim como cientistas ou qualquer sujeito conhecedor, avaliam ou julgam o objeto de sua observação” (p. 174). “Avaliar ou julgar é uma característica inerente ao processo de conhecimento”, observa a autora (p. 171).

Barsotti (2021) discute os limites da objetividade jornalística na contemporaneidade, diante de um cenário de desinformação, desigualdades sociais e distribuição algorítmica de notícias. Os esforços para o estabelecimento de uma equidade – que seria um dos princípios da objetividade – mostram-se insuficientes diante da ascensão de governos autoritários que criaram um mercado de informações falsas, do aumento das desigualdades sociais e dos vieses dos algoritmos das redes sociais e mecanismos de busca por onde as notícias circulam.

3 Mídia alternativa, independente e ativismo no jornalismo

No cenário contemporâneo, diversas organizações têm reivindicado para si o estatuto de independentes ou alternativas, observam Assis et al. (2017). Os autores lembram que a discussão sobre mídia independente e alternativa não é nova, mas buscam situá-la no contexto do século XXI, a partir do surgimento de organizações jornalísticas nativas digitais que se beneficiaram das novas tecnologias da informação e comunicação. “Afinal, o que confere a uma experiência o status de alternativa em relação a outras? A resposta deve variar de acordo com o contexto em questão – bem como o padrão ao qual se quer contrapor”, notam (p.10). Como bem lembram os autores, na Europa, por exemplo, a ideia da independência está relacionada aos meios privados, financiados por anunciantes, mas desvinculados do poder público.

No Brasil, os “novos arranjos jornalísticos” reivindicam o status de independentes, conforme sinalizou estudo de Patrício e Batista (2017). A partir da análise das autonarrativas de organizações jornalísticas brasileiras nativas digitais, os autores apontaram para alguns aspectos que emergem da autodefinição de independência dessas iniciativas. Em alguns casos, ser independente estaria relacionado a ser simplesmente um coletivo de mídia. Outras organizações se alinham com o posicionamento da Agência Pública: a noção de independência se estabeleceria em oposição à mídia convencional ou em relação aos modelos de propriedade e financiamento.

Um outro aspecto seria o da utilização de dados abertos. A independência aqui estaria relacionada à transparência. Em outros momentos, a independência surge para reafirmar princípios já consagrados pela deontologia profissional, como a relevância. Assis et al. (2017) observam que tais empreendimentos revelam ainda “um alto grau de idealização”, o que contribuiria para uma certa fetichização dessa condição” (p. 17).

Um dos estudos fundadores da mídia alternativa é o de Downing (2001), que prefere utilizar o termo “mídia alternativa radical”. Downing introduz o conceito de “mídia alternativa radical” para definir as mídias de pequena escala e de diversos formatos que expressam “uma alternativa a visões, políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas” (2001, p. V). Ele explica a razão pela qual acrescentou a expressão “radical” ao termo “mídia alternativa”.

“Tudo é alternativa a alguma outra coisa”. Para o autor, portanto, a expressão seria “quase um oxímoro” (2001, p. IX). Os meios de comunicação alternativos radicais servem geralmente a dois objetivos principais, sustenta Downing: (a) expressar oposição a partir de setores subordinados diretamente à estrutura de poder; (b) criar apoio, solidariedade e redes de contatos contra as políticas ou mesmo contra a própria sobrevivência da estrutura de poder (2001, p. XI).

Atton (2007) também trabalha com o conceito de mídia alternativa. Para ele, os meios alternativos podem incluir os meios de comunicação de grupos de protesto, de organizações políticas e até mesmo de fãs e amadores (Atton, 2004, p. 3). Ele nota que os meios alternativos tendem a ser produzidos por amadores que têm pouca ou nenhuma formação profissional em jornalismo. “Considerar tais práticas como jornalismo alternativo implicará no exame das noções de verdade, realidade, objetividade, perícia, autoridade e credibilidade” (2007, p. 22) consolidadas pelo *ethos* profissional dos jornalistas. Acreditamos que tanto as noções de mídia alternativa quanto as de mídia independente trazem poucas contribuições para pensarmos sobre as organizações jornalísticas nativas digitais por serem conceitos amplos e se relacionarem, muitas vezes, com a produção de amadores. Também não estabelecem referências para se (re) pensar o jornalismo e sua deontologia profissional.

A noção de jornalismo ativista proposta por Moraes (2022), ao contrário, parece mais promissora por tensionar a epistemologia da objetividade, um dos pilares do *ethos* jornalístico que, a nosso ver, estaria sendo posta em xeque pelas organizações jornalísticas nativas digitais.

A visão de ativismo de Moraes, entretanto, não guarda semelhança com a atuação político-partidária. Ela defende a manutenção de procedimentos básicos à feitura da notícia, entre os quais a apuração ampla (entrevistas, consultas bibliográficas, observação *in loco*); a checagem de dados; a confirmação e entrecruzamento de informações; escrita acessível a um público mais amplo; busca de fontes variadas; fidelidade ao que foi declarado e ou divulgado. Todavia, a pesquisadora alerta para o fato de a objetividade expressar estruturas de poder. Em trabalho anterior, Moraes e Silva (2019) sustentaram que a objetividade jornalística tinha raça e gênero: seria branca e masculina.

Moraes chama ainda a atenção para o fato de a própria imprensa alimentar a ideia de um jornalismo “isento” (objetivo) em oposição a um jornalismo “contaminado” (subjetivo). “Essa isenção é uma falácia que esconde práticas permeadas por interesses – empresariais, políticos, ideológicos etc – todos postos sob o discurso de neutralidade” (Moraes, 2022, p. 144). Para ela, é possível adotar uma prática jornalística engajada, “a partir de posicionamentos na contramão da misoginia, do racismo de cor e classe e em diversas outras formas de outrofobia”:

Me pergunto se podemos chamar de “causas” assuntos como feminicídio, a transfobia, o classismo e, nesse caso, penso nas implicações de escolher estar ou não molhados (para usar um termo freiriano) por essas questões – como se fosse possível não estar. Essas temáticas são obviamente políticas, muito embora não sejam valoradas como tal por uma importante parcela dos e das jornalistas. (Moraes, 2022, p. 158).

Desvendar o funcionamento da imprensa, “hacqueando” seus métodos, seria necessário para desestabilizar naturalizações no jornalismo, argumenta Moraes. Atualizando o conceito de Russell (2018), a autora defende que os jornalistas tenham uma “sensibilidade hacker”. A pauta, na perspectiva de Moraes, pode se transformar em uma “arma de combate” contra tais naturalizações, produzindo contranarrativas. Christofolletti e Karam (2011) já observaram aproximações entre a ética hacker e a ética jornalística. No jornalismo que emerge nesse cenário, fontes e procedimentos de apuração são revelados ao leitor. A transparência se reveste de *accountability* (Christofolletti & Karam, 2011, p. 94).

O relatório *Beyond Objectivity – Producing trustworthy news in today’s newsrooms* (Downie Jr & Heyward, 2023) vai ao encontro de Moraes (2022) quando sustenta que o jornalismo vem expressando valores de homens brancos, heteronormativos e de classe média. A falta de diversidade nas redações é apontada como um dos problemas para a invisibilidade de temas referentes às minorias e imigrantes. O documento aponta que a objetividade não deve mais ser uma meta no jornalismo. A pesquisa ouviu 75 jornalistas norte-americanos e observou que uma nova geração de jornalistas está confrontando os comandos das redações, tentando reconciliar cânones do jornalismo com suas visões sobre identidade, contexto cultural e o “jornalismo de causas” (2023, p. 6).

4 Metodologia

A hipótese deste artigo é a de que jornalistas que comandam “novos arranjos” jornalísticos (Nonato et al., 2018) vêm tensionando a objetividade jornalística e assumindo causas. Nessa direção, estariam rompendo com a deontologia profissional e contribuindo para questionar o *ethos* jornalístico, calcado na objetividade. Para alcançar os objetivos, foram realizadas entrevistas em profundidade com nove jornalistas que estão no comando das redações de “novos arranjos” em cinco regiões do Brasil, conforme listagem apresentada na tabela 1.

Adotamos aqui a classificação proposta por Nonato et al. (2018), para quem os “novos arranjos econômicos” jornalísticos são formas de organizar o trabalho de jornalistas independentes dos conglomerados de mídia e que surgiram na esteira do declínio dos impressos e ascensão dos meios digitais e das redes sociais. Os meios digitais unificam a plataforma de produção e circulação dos novos arranjos. A classificação dos autores também leva em conta a pluralidade das formas de organização: empresas, organizações não-governamentais, associações sem fins lucrativos, coletivos.

Nonato et al. (2018) apontam ainda para as diversas formas de sustentação dos arranjos: desde anúncios, patrocínios, doações, venda de conteúdo, apoios institucionais, financiamento próprio até trabalho voluntário. “A experiência desses arranjos está sendo observada por inúmeras instituições de interesse privado (universidades, fundações, bancos, conglomerados de mídia), porque todos sabemos do potencial que eles têm”, observam os autores (2018, p.104). Optamos pela utilização do termo “novos arranjos” porque ele se concentra nos modos de organização e financiamento dessas organizações, evitando as armadilhas dos conceitos de mídia independente e/ou alternativa, como já apontado.

Tabela 1

Relação dos jornalistas e dos arranjos jornalísticos pesquisados

Nome do veículo	Missão declarada*	Jornalista entrevistado	Região	Ano de fundação*
Alma Preta	"Informar, visibilizar e potencializar a voz da população negra"	Pedro Borges	Sudeste	2015
Amazônia Real	"Dar visibilidade às populações e questões da Amazônia"	Kátia Brasil	Norte	2013
Canal Meio	"Defesa da Democracia e da Constituição de 1988"	Pedro Dória	Sudeste	2016
#Colabora	"Defesa dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável"	Valquiria Daher	Sudeste	2015
Congresso em Foco	"Defesa da democracia e dos direitos humanos; luta contra as desigualdades sociais e regionais; combate à corrupção"	Sylvio Costa	Centro-Oeste	2004
Ponte Jornalismo	"Cobertura de temas ligados à segurança pública, à justiça e ao aparelho repressivo do Estado, nas suas intersecções com raça, gênero e classe"	Fausto Salvadori	Sudeste	2014
Portal Catarinas	"jornalismo de causa, com atuação feminista (e antirracista) no âmbito da afirmação dos direitos humanos"	Paula Guimarães	Sul	2016
Marco Zero	"Defesa dos direitos humanos, da democracia, das questões de gênero e identitárias, direito à cidade"	Carolina Monteiro	Nordeste	
Repórter Brasil	"Tornar públicas situações que ferem direitos trabalhistas (com foco em trabalho análogo à escravidão) e causam danos socioambientais"	Ana Magalhães	Sudeste	2001

* Informações retiradas dos sites dos arranjos jornalísticos e/ou das entrevistas.

Os nove arranjos aqui pesquisados fazem parte da Ajour (Associação de Jornalismo Digital). Criada em 2021, ela reúne mais de uma centena de sites jornalísticos nativos digitais. Vale destacar que os associados colecionam prêmios importantes de jornalismo. Entre as premiações recebidas estão um Prêmio Gabo, da Fundación Gabo; cinco prêmios Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos; quatro prêmios Cláudio Weber Abramo de Jornalismo de Dados; dois

prêmios Melhor Startup de Notícias Digitais da América Latina e um Melhor Startup de Notícias Digitais do mundo, ambos conferidos pela WAN-IFRA (World Association of News Publishers)².

O critério para a escolha dos entrevistados levou em conta a abrangência nacional – com, pelo menos, um representante de cada região do país – e a diversidade de temas abordados pelas iniciativas. Dois deles se dedicam à cobertura ambiental: A Amazônia Real e o #Colabora. A Repórter Brasil tem como foco as denúncias de trabalho análogo à escravidão. O Alma Preta e o Portal Catarinas cobrem questões de raça e gênero. O Marco Zero se posiciona na defesa dos direitos humanos, a Ponte Jornalismo cobre segurança pública e o Congresso em Foco se concentra no jornalismo investigativo no campo da política. O Canal Meio é um veículo que se notabilizou na produção de newsletters sobre o noticiário diário, sendo o único que não tem expressamente uma área de cobertura definida.

Todos os entrevistados são formados em jornalismo ou fizeram algum tipo de especialização. Todos também tiveram passagens por grandes grupos de comunicação nacional, alguns em cargos de chefia. As entrevistas foram realizadas por meio de videochamadas no Google Meet, troca de áudios no WhatsApp e e-mail. A metodologia utilizada foi a das entrevistas semi-abertas, com um roteiro de perguntas comum aos entrevistados – de modo a ser possível a comparação entre as respostas – e perguntas específicas, à medida que transcorriam as entrevistas e que os pesquisadores sentiam a necessidade de aprofundar algum tema ou aspecto (Duarte, 2015).

No caso da troca de áudios no WhatsApp, os pesquisadores enviavam novas perguntas à medida que iam recebendo as respostas dos entrevistados caso os respondentes não tivessem esgotado os temas. O mesmo expediente foi adotado por e-mail, com algumas entrevistas se estendendo por alguns dias. As entrevistas não foram protegidas por anonimato porque os entrevistados fizeram questão de posicionar-se a respeito dos temas publicamente.

5 Da objetividade ao engajamento

Os resultados comprovam a hipótese deste artigo. Dos nove entrevistados, oito questionaram os valores relacionados à mítica da objetividade (Tuchman, 1999) presente na deontologia profissional, segundo a qual o repórter seria um observador isento

da realidade, a quem caberia reportar os fatos sem se envolver. Os entrevistados concordaram que tais valores compõem a ideologia profissional, mas ressaltaram a impossibilidade de alcançá-los (Genro Filho, 2012). Sylvio Costa, fundador e editor do Congresso em Foco, acredita que a objetividade é “uma fantasia”. Com 45 anos de carreira, Costa trabalhou em veículos como Folha de S.Paulo, IstoÉ, Correio Braziliense, Zero Hora e Gazeta Mercantil, entre outros, exercendo as funções de repórter, editor e chefe de reportagem. O jornalista propõe “a honestidade – e a transparência” – como nova “palavra-chave” para a objetividade:

Não é próprio do ser humano, por mais comedido que ele seja, se livrar das suas visões, preconceitos, da sua história, da trajetória pessoal, da sua raça, visão do mundo etc. Na minha opinião, a palavra-chave deveria ser honestidade. O veículo e o profissional devem ser transparentes e honestos em relação aos seus métodos, em relação aos procedimentos, seja na relação com as fontes de informação, com os clientes, com a equipe e com a sociedade. (S. Costa, entrevista concedida, 13 de março, 2023).

Paula Guimarães, editora e cofundadora do Portal Catarinas, segue na mesma linha. Jornalista com 15 anos de experiência e passagem pelo telejornalismo do SBT e da Band, ela questiona os limites da objetividade frente a um mundo inequânime (Barsotti, 2021). “Como ser neutro e imparcial quando se entende que vivemos em uma sociedade desigual?”. A jornalista está em consonância com Moraes (2022), segundo a qual a objetividade reforça as estruturas de poder e não foi capaz de retratar melhor mulheres, negros, indígenas e pobres:

Essa ideia de imparcialidade favorece o discurso hegemônico, a manutenção das estruturas de poder que são desiguais. O fato é que todas as pessoas partem de um lugar, de uma história, elas têm uma ideologia. Essa visão de neutralidade acaba sendo uma visão romântica e utópica, que perpetua as desigualdades e não ajuda a zerar as assimetrias. (P. Guimarães, entrevista concedida, 21 de março, 2023).

Fausto Salvadori, editor da Ponte Jornalismo, argumenta que há uma certa ingenuidade na discussão sobre objetividade. O jornalista, que tem 24 anos de experiência, com passagens pela Folha de S.Paulo, Jornal da Tarde e revistas Trip e Galileu, sustenta que essa é uma questão de mercado, relacionada à sobrevivência do negócio jornalístico. De fato, como visto, a objetividade foi projetada pelo jornalismo de informação no momento em que os jornais americanos estrategicamente queriam ampliar seu público (Schudson, 2010).

Acredito que as noções de objetividade jornalística e de observação neutra diante da realidade sempre foram muito mais uma estratégia comercial adotada pelas empresas do que uma prática do fazer jornalístico. A objetividade é um atributo que agrega valor ao produto jornalístico, por vender a ideia de que o consumidor de notícias está comprando nada menos do que a verdade, apurada por seres desinteressados que pairam acima do mundo real e não se envolvem com os fatos. Mas não acredito que a prática jornalística alguma vez tenha sido assim. A história das empresas de comunicação no século 20 é a história de como seus produtos disseminaram visões parciais da realidade, usando a “objetividade” para mascarar interesses econômicos e políticos, além de visões preconceituosas do mundo. (F. Salvadori, entrevista concedida, 14 de março, 2023).

Fundador do Canal Meio e colunista da Folha de S.Paulo, o jornalista Pedro Dória, que teve passagens pelo jornal o Estado de S. Paulo e pelo O Globo e acumula mais de 20 anos de carreira, concorda com Fausto de que a construção da objetividade está relacionada à sustentabilidade comercial dos veículos:

Há uma certa ingenuidade quando a gente fala dessa questão da objetividade como se fosse uma escolha moral, uma escolha ética. Ela está mais ligada à maneira como você faz para sobreviver do jornalismo como negócio, é uma questão de mercado. No início da República, nos anos 1910 ou 1920, a gente tinha no Rio de Janeiro uns dez grandes jornais. Um jornal para cada maneira de pensar. Com o tempo, o negócio foi se estreitando, os jornais aumentaram a circulação e o número de jornais ficou menor. A partir do momento que você tem que falar com um grupo maior de pessoas, você precisa neutralizar o seu tom de voz político. (P. Dória, entrevista concedida, 14 de março, 2023).

Embora critiquem a visão da objetividade atrelada ao observador distante, que ouve os dois lados e se vale de aspas para a construção de seus relatos, entre outros rituais estratégicos (Tuchman, 1999), o que se observa na fala de todos os entrevistados é que eles defendem a objetividade como um método jornalístico, tal como observaram Schudson (2010), Kovach e Rosenstiel (2003) e Sponholz (2009). Para eles, criticar a objetividade enquanto ideologia não implica em ignorar técnicas de apuração e checagem, afinados com o pensamento de Moraes (2022).

Coordenadora de jornalismo na Repórter Brasil, Ana Magalhães, que tem 22 anos de profissão, defende “o rigor na objetividade como método”. Pós-graduada em Jornalismo Literário e mestre em Ciência Política pela Universidade Autônoma de Madrid, Magalhães trabalhou na Folha de S.Paulo, Agora e O Tempo e foi colaboradora nas revistas Trip e Época São Paulo, entre outros veículos. Ela defende a “dupla, tripla

checagem” e a transparência nos relatos, com links para documentos comprobatórios das reportagens sempre que possível:

A gente tem que buscar a objetividade no método do jornalismo. Eu falo isso sempre para a nossa equipe. O bom jornalismo é científico, tem método, ele precisa ser verificável, ter fontes verificáveis. O leitor, se quiser, tem que pegar a sua reportagem e verificar o que você está dizendo. Aqui na Repórter Brasil, eu já edito a matéria sabendo que vamos ser processados. Nossos assuntos são todos muito cabeludos, a gente mexe com peixe grande. Não temos dúvida de que seremos processados. Por isso, editamos o material com a certeza de que vamos vencer os processos, de que tudo está correto e pode ser provado. Fazemos dupla checagem, tripla checagem etc. (A. Magalhães, entrevista concedida, 10 de março, 2023).

Valquíria Daher, fundadora e diretora do #Colabora, também rechaça a ideia de neutralidade e imparcialidade, mas acredita no uso da objetividade como método e técnica de apuração. Daher, que acumula 35 anos de experiência profissional, com passagens pelas redações dos jornais O Dia, O Globo e Jornal do Brasil como repórter e editora, adverte, no entanto, para os riscos do jornalismo declaratório, ancorado em aspas e que pode acabar contribuindo para o cenário de desinformação. O uso das aspas é um dos preceitos da objetividade jornalística, como observou Tuchman (1999). Elas assegurariam ao jornalista uma espécie de não-lugar, atribuindo a informação a terceiros como forma de se isentar.

Apesar de todos os problemas, creio que a objetividade jornalística ainda é um ideal a ser perseguido, um método, uma técnica que precisa ser bem praticada. O papel do jornalista ganhou complexidade. É preciso ter uma bagagem de informação ainda maior para entender que ouvir os dois lados não resolve problema algum. É preciso evitar o jornalismo declaratório como sinônimo de objetividade. Não podemos, por exemplo, transcrever um presidente dizendo que, em seu governo, não houve aumento do desmatamento, se os dados mostram que isso não é verdade. (V. Daher, entrevista concedida, 20 de março, 2023).

O jornalista Pedro Borges, cofundador e editor-chefe do Alma Preta, também acredita que é possível estabelecer parâmetros objetivos, mesmo descartando as ideias de neutralidade e imparcialidade. Com sete anos de experiência, Borges teve passagens pelo Profissão Repórter, da TV Globo, como estagiário, e pela assessoria de comunicação da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Ele rompe com a ideia dos “doisladismos” da objetividade e sustenta que ser objetivo é, justamente, não ouvir os dois lados, em conformidade com o alerta de Kovach e Rosenstiel (2003). Explicando melhor: dar voz a negacionistas não contribuiria para um

“jornalismo objetivo”, dado que são fontes que atentam contra a ciência e, portanto, contra a racionalidade própria da objetividade:

Neutralidade e imparcialidade não existem, mas a objetividade pode ser buscada. O que implica, por exemplo, na minha opinião, em não ouvir necessariamente os dois lados. Ser objetivo, para mim, é não ouvir um negacionista. Isso é perda de tempo. A objetividade é um método, uma técnica para se atingir a apuração mais precisa possível, um contexto mais transparente, assertivo, para se entregar uma informação com o máximo de qualidade. (P. Borges, entrevista concedida, 14 de março, 2023).

O segundo aspecto que se sobressai nas entrevistas é a concordância dos entrevistados com a necessidade do posicionamento no jornalismo. Tal como define Moraes (2022), a militância seria em favor da garantia dos direitos humanos e contra as assimetrias de poder. Todos os entrevistados acreditam que métodos jornalísticos não são irreconciliáveis com as defesas de causas. Pelo contrário. Daher chega a usar a expressão “armas do jornalismo”, reforçando a ideia de combatividade:

O #Colabora trabalha com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), um conjunto de 165 metas que deveriam ser cumpridas até 2030. Com temas muito relevantes para a sociedade, como a erradicação da pobreza e da fome, a garantia de saúde e educação de qualidade para todos, igualdade de gênero, redução das emissões de gases de efeito estufa, entre outras. A diferença, para nós, é que essas causas não são só do #Colabora. Elas foram aprovadas na ONU por representantes de 195 países, entre eles o Brasil. A nossa causa, na verdade, é mais a luta diária, com as armas do jornalismo, para que esses objetivos saiam do papel e se transformem em realidade. (V. Daher, entrevista concedida, 20 de março, 2023).

Kátia Brasil, cofundadora da Amazônia Real, defende a necessidade de “tomar partido”. Kátia, que tem mais de 30 anos no jornalismo, com passagens pela TV Cultura, O Globo, O Estado de S.Paulo e Folha de S.Paulo, traz a ideia do “jornalismo de causas”, também defendido pelo Marco Zero, pela Ponte Jornalismo e pelo Alma Preta. O conceito vai ao encontro dos achados de Downie Jr e Heyward (2022).

Quando o The Guardian, de Londres, anunciou que não chamaria mais o aquecimento global de aquecimento global, e sim de Crise Climática, eles disseram que estavam assumindo uma causa, a causa do planeta, da humanidade. Isso é ser ativista? A gente precisa realmente tomar um partido e resolver o que queremos como humanidade. Nós praticamos um jornalismo de causas, que é diferente de ser ativista. Como dizia Gabriel Garcia Márquez, nós somos os verdadeiros defensores da democracia, da cidadania e da vida. A Amazônia Real tem um lado, que é o lado da floresta, da defesa dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos. (K. Brasil, entrevista concedida, 24 de março, 2023).

Carolina Monteiro, fundadora do Marco Zero e diretora da graduação em Comunicação Social da Universidade Católica de Pernambuco, conta que o conceito de “jornalismo de causas” vem sendo discutido conjuntamente pelo site pernambucano, pelo Alma Preta e pela Ponte Jornalismo. “Eu nem gosto muito desse nome, mas o fato é que, sim, o Marco Zero tem várias causas”, explica Monteiro, que trabalhou por 17 anos no Diário de Pernambuco, onde foi estagiária, repórter e editora³. “Entre elas, obviamente, está a causa dos Direitos Humanos, da democracia, procuramos ter um conteúdo antirracista, somos a favor de grupos LGBTQI+”, afirma. Pedro Borges, do Alma Preta, faz coro:

Às vezes a gente imagina que o jornalismo é um espelho da sociedade, que tem que ser neutro, imparcial, e que os jornalistas não devem ter uma perspectiva de mundo. Essa é uma perspectiva liberal burguesa, uma visão ultrapassada do jornalismo. A gente vive numa sociedade desigual, que mata pessoas, em um país marcado pela fome, por pessoas que não têm casa, não têm saúde, não têm acesso a uma série de coisas. O jornalismo não pode ser indiferente a isso. (P. Borges, entrevista concedida, 14 de março, 2023).

Pedro também aponta o dedo para a grande imprensa. Para ele, os três maiores jornais do país escodem que têm um lado. “Será que a Folha de S.Paulo não tem também uma causa, não é ativista? E o Estadão, não é ativista? O Globo? Eles são os maiores defensores do mercado. Isso não é ativismo? Eu acho, inclusive, que a gente é muito mais honesto do que eles”, compara. Salvadori concorda: “Geralmente quem busca separar jornalismo e ativismo está buscando criar uma hierarquia, identificando o jornalismo como algo melhor, mais puro e desinteressado do que o ativismo”, pontua. “Já quem se interessa por informações bem apuradas e relevantes, e menos por rótulos, pode ver que a mistura de jornalismo com ativismo tem produzido resultados interessantes”, prossegue o jornalista da Ponte. A jornalista Ana Magalhães cita um episódio que, para ela, é emblemático na tentativa de desqualificação dos novos “arranjos jornalísticos”:

Eu acho que existe um certo preconceito com a mídia independente. Esses termos ativista e militante são pejorativos. Outro dia, a Eliane Brum deu um furo na história dos yanomamis no site novo dela, o Sumaúma. Foi, inclusive, o que levou o Lula a ir até lá com uma delegação enorme de ministros. A ombudsman da Folha citou a reportagem, deu o crédito, mas chamou de “site ativista”. Era uma reportagem excelente, completa, bem escrita, bem apurada, que poderia ter saído na Folha, mas foi chamada de ativista⁴. (A. Magalhães, entrevista concedida, 10 de março, 2023).

O Código de Ética do jornalismo também é evocado para a discussão sobre o ativismo e engajamento no jornalismo. “O Código de Ética já define um pouco onde devemos estar”, sustenta Paula Guimarães. “Nós devemos estar do lado das minorias, contra o racismo, contra a discriminação, ao lado dos grupos mais marginalizados. Nós temos uma missão de transformar a sociedade, fazer um trabalho político e pedagógico”, conclui. Até mesmo o Meio – que declara, em seu site, que “no Meio, esquerda e direita se encontram e ambos os argumentos terão espaço” – argumenta ter “um lado”. “A causa do Meio é a defesa dos valores que a Constituição de 1988 representa”, afirma Pedro Doria.

As respostas dos entrevistados permitiram apontar para alguns aspectos reveladores de que o *ethos* jornalístico está sendo tensionado pelos “novos arranjos”. O primeiro a ser destacado é a crítica que fazem à objetividade e aos valores de neutralidade e isenção relacionados a ela pela deontologia profissional. Todos defendem a objetividade enquanto “método de apuração” para garantir a credibilidade do jornalismo. “Transparência”, “honestidade”, “dupla e tripla checagem” são valores citados por eles que seriam capazes de substituir a “ingenuidade da objetividade”. Ao defenderem a objetividade enquanto método, os entrevistados se aproximam da definição de Moraes (2022), para quem a apuração ampla; a checagem de dados; a confirmação e entrecruzamento de informações, entre outros, são pressupostos básicos para a produção de notícias que devem ser perseguidos. Também se alinham a Sponholz (2009), segundo a qual o método jornalístico de investigação deve poder ser verificável por terceiros.

Um segundo aspecto que emerge do discurso dos entrevistados, em consequência da crítica à objetividade, é a defesa do posicionamento em favor de causas diante das desigualdades sociais da sociedade contemporânea. A tomada de posição – antes associada a uma transgressão deontológica – passa a ser um valor a ser perseguido, partindo-se da ideia de que o jornalismo é uma forma de conhecimento com poder de transformar. Um terceiro aspecto, que reforça o segundo, é o fato de esses jornalistas se contraporem ao discurso de imparcialidade da grande imprensa. A defesa do “neoliberalismo de mercado” pela mídia hegemônica, para eles, afasta o jornalismo dos ideais de justiça e de transformação social ao reforçarem as estruturas de poder. O engajamento em torno de causas socialmente justas, ao qual se alinham, ao contrário, revelaria potências no jornalismo. Nesse aspecto, também estão em consonância com Moraes (2022), para quem é possível conciliar os métodos de apuração jornalísticos com a tomada de posição em favor de minorias.

Concordamos com Assis et al. (2017) quando afirmam que há um “alto grau de idealização” e “fetichização” entre os jornalistas que se autointitulam independentes (p. 17). A “honestidade” e “transparência” emergem como soluções para os impasses da objetividade. Embora a transparência surja em algumas falas relacionada à possibilidade de checagem por terceiros, a “honestidade” é mencionada como uma qualidade intrínseca e, portanto, distante de meios de verificação. Notamos, assim como Patrício e Batista (2017), que o conceito de independência no jornalismo praticado pelos coletivos nativos digitais algumas vezes é impreciso e apenas reforça valores da deontologia profissional, como a relevância e o interesse público. Apesar de certas limitações e imprecisões no discurso, consideramos que jornalistas dos “novos arranjos” trazem contribuições importantes para se (re) pensar o jornalismo.

6 Considerações finais

As entrevistas com nove jornalistas que estão à frente de “novos arranjos” jornalísticos nativos digitais no Brasil permitiram confirmar a nossa hipótese inicial de que o *ethos* profissional alicerçado na objetividade jornalística está sendo tensionado por eles. A desconfiança da objetividade jornalística, como vimos, não é uma novidade. Desde o fim da Primeira Guerra Mundial, os jornalistas começaram a formar uma consciência acerca de seus limites. A propaganda de guerra forjou e manipulou fatos que eles ingenuamente reproduziram. A experiência não foi suficiente para que eles evitassem as mesmas armadilhas na cobertura da Guerra do Vietnã.

O surgimento de movimentos identitários nos anos 1960 ajudou a fomentar a atmosfera de descrédito na objetividade. O jornalismo investigativo e o *new journalism* se afirmam como duas tradições que refutam a ideia do observador neutro e distante da realidade. Schudson (2010) e Tuchman (1999) notam que, nesse cenário de suspeitas, a objetividade se firma como um método ou ritual estratégico. Diante da impossibilidade da objetividade, jornalistas se valem de procedimentos para se protegerem das críticas ao seu trabalho.

No século XXI, novos componentes estão em cena tensionando a objetividade. Agora as críticas se voltam para o fato de a objetividade reproduzir as estruturas de poder, revelando padrões de homens brancos e heteronormativos. Nas redações, há um movimento antirracista que foi desencadeado pela cobertura racista da grande imprensa do movimento

#BlackLivesMatter. Graças à expansão dos meios digitais, dezenas de iniciativas jornalísticas surgiram com especialização em áreas de cobertura muitas vezes negligenciadas pela mídia hegemônica. Muitas dessas iniciativas foram fundadas por egressos da grande imprensa. É nesse cenário que se situam os jornalistas aqui entrevistados. Apesar de carregarem na bagagem a deontologia profissional adquirida pela experiência prévia na mídia hegemônica, eles agora se voltam contra um de seus cânones, a objetividade, e defendem uma tomada de posição do jornalismo em torno de causas.

É possível um jornalismo ativista? Do jornalismo ativista emergirá um novo *ethos* profissional? Ainda é cedo para fazermos afirmações tão definitivas diante do *corpus* do artigo e da fragilidade conceitual do chamado “jornalismo de causas” praticado pelos “novos arranjos”. Os jornalistas entrevistados concordam que a objetividade enquanto método de apuração e checagem deve ser mantido, mas rechaçam a ideia de isenção e neutralidade associadas à objetividade jornalística. Seria provável que hoje já não mais usassem um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os “espíritos malignos” (Tuchman, 1999, p. 75) e se proteger das críticas ao seu trabalho em nome da objetividade. Todos os entrevistados defendem a tomada de posição no jornalismo como “arma de combate” (Moraes, 2022) para expor as desigualdades sociais. Embora tenhamos notado ingenuidades e fragilidades conceituais, acreditamos na potência transformadora de tais iniciativas na direção de um jornalismo revolucionário, como propôs Genro Filho (2012). A reflexão acerca das práticas profissionais pode ser um primeiro passo.

NOTAS

- 1 New York Evening Transcript, 10 de março de 1834. Citado por Willard G. Bleyer em *Main Currents in the History of American Journalism* (Boston, 1927), p. 167.
- 2 Informado pela Ajour aos autores.
- 3 Em entrevista realizada por videochamada por meio do Google Meet, no dia 15 de março de 2023.
- 4 Eliane Brum, com 35 anos de experiência profissional, é uma das fundadoras do site Sumaúma, em homenagem a uma das maiores árvores da Amazônia. É autora de livros-reportagem e vencedora do Prêmio Jabuti.

REFERÊNCIAS

- Assis, E., Camasão, L., Silva, M. da R., & Christofoletti, R. (2017). Autonomia, ativismo e colaboração: contribuições para o debate sobre a mídia independente contemporânea. *Pauta Geral - Estudos Em Jornalismo*, 4(1), 3–20. Recuperado de <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/9899>
- Atton, C. (2004). *An Alternative Internet: Radical Media, Politics and Creativity*. Edinburgh University Press. DOI: 10.1515/9780748676989
- Atton, C. (2007). Current Issues in Alternative Media Research. *Sociology Compass*, 1(1), 17–27. DOI: 10.1111/j.1751-9020.2007.00005.x
- Barbosa, M. (2007). *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Mauad X.
- Barsotti, A. (2018). *Uma história da primeira página: do grito ao silêncio no jornalismo em rede*. Insular.
- Barsotti, A. (2021). Os limites da objetividade jornalística no século XXI. *Anais do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Recuperado de www.portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt1-tj/adriana-barsotti.pdf
- Christofoletti, R., & Karam, F. J. (2011). Fundamentos jornalísticos para novos cenários éticos da informação. In G. Silva, D. Kunsch, C. Berger & A. Albuquerque (Orgs.), *Jornalismo Contemporâneo: Figurações, impasses e perspectivas* (pp. 79-100). Edufba/Compós.
- Downie Jr, L., & Heyward, A. (2022). *Beyond Objectivity: Producing trustworthy news in today's newsrooms*. Arizona State University. Recuperado de https://issuu.com/asufoundation/docs/beyond_objectivity
- Downing, J. (2001). *Radical Media: rebellious communication and social movements*. Sage.
- Duarte, J. (2015). Entrevista em profundidade. In J. Duarte & A. Barros (Orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (pp. 62–83). Atlas.
- Genro Filho, A. (2012). *O segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo*. Insular.
- Gilbertini, T., & Real, N. (2020, setembro 13). “Jornalistas não têm respostas exatas para conter mentiras”, diz Jeff Jarvis. Abraji. Recuperado de <http://congressoabraji.blogspot.com/2020/09/jornalistas-nao-tem-respostas-exatas.html>
- Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2003). *Os elementos do jornalismo*. Geração Editorial.

Leão, S. I. (2020, junho 9). *Black Lives Matter mexe com a cobertura da pauta do racismo nos EUA*. Portal Imprensa. Recuperado de https://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/83641/black+lives+matter+mexe+com+a+cobertura+da+pauta+do+racismo+nos+eua

Moraes, F. (2022). *A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza*. Arquipélago.

Moraes, F., & Silva, M.V. (2019). A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. *Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós*. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Recuperado de <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br>

Nonato, C., Pachi Filho, F. F., & Figaro, R. (2018). Relações de comunicação em novos arranjos alternativos e modelos de produção da notícia. *Líbero*, 41(1), 101–115. Recuperado de <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/956/965>

Patrício, E., & Batista, R. (2017). Elementos de identidade jornalística em autonarrativas de grupos de produção de jornalismo independente em plataformas digitais. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. *Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. Recuperado de https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/49067/1/2017_eve_epalmeidafilho.pdf

Ribeiro, A.P.G. (2007). *Imprensa e história do Rio de Janeiro dos anos 50*. E-Papers.

Russell, A. (2018). *Journalism as activism: Recoding media power*. Polity Press.

Schudson, M. (1988). The profession of journalism in the United States. In N. O. Hatch (Ed.), *The professions in American history* (pp. 145–161). University of Notre Dame Press.

Schudson, M. (2010). *Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Vozes.

Sponholz, L. (2009). *Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções*. Insular

Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo volume I: Por que as notícias são como são*. Insular.

Tuchman, G. (1999). A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (pp. 74–90). Vega.

ADRIANA BARSOTTI. Professora do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (PPGMC-UFF) e Professora Adjunta do Departamento de Comunicação da mesma instituição. Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Autora dos livros *Jornalista em mutação: do cão de guarda ao mobilizador de audiência* e *Uma história da primeira página: do grito ao silêncio no jornalismo em rede*. Colaboração no artigo: concepção e desenho do estudo; análise e interpretação dos dados; discussão dos resultados; redação do manuscrito; revisão e aprovação da versão final do trabalho. E-mail: adrianabarsotti@id.uff.br

AGOSTINHO VIEIRA. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCOM-UFRJ). Tem especialização em Gestão Ambiental pela Coppe/UFRJ e em Gestão de Negócios pelo Institut Européen Dadministration des Affaires (Insead) e pela Fundação Dom Cabral. Colaboração no artigo: desenho do estudo; realização das entrevistas em profundidade, análise e interpretação dos dados; discussão dos resultados; revisão e aprovação da versão final do trabalho. E-mail: agostinhovieira@ufrj.gov.br

Um parecer utilizado na avaliação deste artigo pode ser acessado em <https://osf.io/rxqz3> | Seguindo a política de ciência aberta da BJR, os avaliadores autorizaram a publicação do parecer e a divulgação de seus nomes.